

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)

TIPO 1



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)

1

Avalie se a taxa de câmbio alternativa à informada pelo Banco Central do Brasil, a ser utilizada pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para fins de conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, além do disposto no Art. 5º da Resolução BCB nº 120, de 2021, e no Art. 5º da Resolução CMN nº 4.924, de 2021, deve atender aos seguintes critérios:

- I. Possuir histórico de dados de, no mínimo, vinte anos.
- II. Ser de acesso público, inclusive seu histórico e sua metodologia.
- III. Ser divulgada por entidade responsável por sistema administrado por bolsas de valores, bolsas de mercadorias e de futuros, ou por entidades de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.
- IV. Ser de acesso gratuito, inclusive seu histórico e sua metodologia.

Estão corretos os critérios

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

2

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é estruturado para promover a intermediação financeira. Ele é composto por órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores.

Com base nessa estrutura, avalie as afirmativas a seguir.

- I. São Órgãos Normativos, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil.
- II. São Entidades Supervisoras, a Superintendência de Seguros Privados e a Superintendência de Previdência Complementar.
- III. São operadores as Seguradoras e Resseguradoras e os bancos e caixas econômicas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

3

Com relação ao Banco Central da República do Brasil e de acordo com a Lei nº 4.595/1964 e alterações posteriores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O Banco Central da República do Brasil conta com personalidade jurídica e patrimônio próprios, sendo este constituído dos bens, direitos e valores que lhe são transferidos na forma da Lei do Sistema Financeiro Nacional.
- () Os resultados obtidos pelo Banco Central do Brasil, consideradas as receitas e despesas de todas as suas operações são transferidos para o Tesouro Nacional, após compensados eventuais prejuízos de exercícios anteriores.
- () Compete ao Banco Central da República do Brasil cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – F – F.

4

O Conselho Monetário Nacional (CMN) tem a finalidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando o progresso econômico e social do País. Com base na Lei nº 4.595/1964, avalie se a política do Conselho Monetário Nacional objetiva:

- I. Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos.
- II. Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras.
- III. Coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

5

As instituições utilizam as contas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) definido pelo Banco Central do Brasil de acordo com o seu tipo, sendo permitida à instituição a escrituração apenas nas rubricas contábeis nele previstas. A conta 6.1.5.40.00.00-8 tem por título: RESERVAS PARA EXPANSÃO.

A função dessa conta é registrar

- (A) a retenção de parcelas do lucro líquido, previstas em orçamento de capital, proposta pelos órgãos da administração e aprovada pela assembleia geral.
- (B) o valor das reservas constituídas mediante a utilização de parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos.
- (C) a reserva destinada a compensar, em exercícios futuros, a diminuição do lucro decorrente de perda futura, julgada provável, cujo valor possa ser estimado.
- (D) as reservas constituídas por determinação do estatuto social.
- (E) as reservas de lucros a realizar na forma da legislação vigente.

6

Durante auditoria externa independente em uma instituição financeira controlada pelo Estado, o auditor revisou a composição e a estrutura do comitê de auditoria.

A instituição tinha cinco membros no comitê, dos quais: um era ocupante de cargo efetivo estadual licenciado; dois eram diretores da própria instituição; um era conselheiro de administração; e outro era auditor externo aposentado com certificação em contabilidade. A remuneração de todos os membros era exclusivamente pela função no comitê.

Com base na Resolução CMN nº 4.910/2021, o auditor avaliou se as seguintes afirmações eram verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O ocupante de cargo efetivo licenciado no governo estadual não atende aos requisitos para composição do comitê de auditoria.
- () A presença de dois diretores no comitê é permitida, pois representa menos da metade dos integrantes.
- () O conselheiro de administração pode integrar o comitê desde que não seja membro da diretoria.
- () Pelo menos um membro com formação contábil qualificado atende ao requisito técnico exigido pela norma.

Conforme os critérios estabelecidos na norma legal aplicável, o auditor corretamente avaliou que as afirmações eram, respectivamente,

- (A) V – F – V – V.
- (B) V – V – F – V.
- (C) V – V – V – V.
- (D) F – V – V – V.
- (E) V – V – V – F.

7

Em 2026, uma oferta pública para aquisição de controle da Cia aberta X foi feita com a participação de instituição financeira, que garantiu o cumprimento das obrigações assumidas pelo ofertante.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações, a oferta deverá ter por objeto ações com direitos a voto em número suficiente para assegurar

- (A) a integridade do processo.
- (B) a imparcialidade do processo.
- (C) o controle da companhia.
- (D) a influência significativa na companhia.
- (E) a manutenção do pessoal chave da companhia.

8

Um cliente procurou uma instituição autorizada a operar no mercado de câmbio para adquirir dólares, para a realização da compra de um ativo.

De acordo com a Lei nº 14.286/21, a taxa de câmbio é

- (A) designada pelo Banco Central do Brasil.
- (B) designada pelo Conselho Monetário Nacional.
- (C) livremente pactuada entre a instituição e o cliente.
- (D) calculada a partir da média aritmética da cotação da moeda nos três meses anteriores.
- (E) obtida através da média aritmética das compras e vendas referentes aos quatro dias anteriores.

9

Com relação ao capital brasileiro no exterior e ao capital estrangeiro no país, de acordo com a Lei nº 14.286/2021, avalie cada afirmativa a seguir e assinale (V), se for verdadeira, e (F), se for falsa.

- () Os capitais brasileiros no exterior englobam os valores, os bens, os direitos e os ativos de qualquer natureza detidos fora do território nacional por residentes, enquanto capitais estrangeiros no país englobam os valores, os bens, os direitos e os ativos de qualquer natureza detidos no território nacional por não residentes.
- () O capital estrangeiro no país deve receber tratamento jurídico mais severo que o concedido ao capital nacional.
- () Compete ao Banco Central do Brasil regulamentar e monitorar os capitais brasileiros no exterior e os capitais estrangeiros no País quanto a seus fluxos e estoques.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – F.

10

Entre as competências do Banco Central do Brasil está a atuação no sentido do funcionamento regular do mercado cambial, da estabilidade relativa das taxas de câmbio e do equilíbrio no balanço de pagamentos.

Em relação a esta atribuição, considere as ações a seguir:

- I. compra e venda de moeda estrangeira;
- II. compra e venda de ouro;
- III. operações de crédito no exterior.

De acordo com a Lei nº 4.595/64 e modificações, o Banco Central do Brasil pode realizar o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

11

Em 2025, cinco pessoas realizaram crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, do seguinte modo:

- AA divulgou informação falsa sobre instituição financeira.
- BB geriu fraudulentamente uma instituição financeira.
- CC reproduziu, sem autorização escrita da sociedade emissora, documento representativo de valor mobiliário.
- DD negociou títulos falsos.
- EE negociou valores mobiliários sem lastro ou garantia suficientes.

Os cinco indivíduos receberam a pena máxima pelos crimes cometidos, de acordo com a Lei nº 7.492/1986 e alterações. Deste modo, além de pagar multa, a maior pena de reclusão foi para

- (A) AA.
- (B) BB.
- (C) CC.
- (D) DD.
- (E) EE.

12

A Resolução BCB nº 279/2022 (e suas alterações) regulamenta a Lei nº 14.286/2021, para dispor sobre o capital brasileiro no exterior.

Nesta Resolução, os títulos sustentáveis podem ser:

- I. Títulos Verdes;
- II. Títulos Sociais;
- III. Títulos de Sustentabilidade;
- IV. Títulos Vinculados a Metas de Sustentabilidade.

Associe esses títulos às definições a seguir.

- () títulos de dívida em que o uso dos recursos captados é restrito ao financiamento ou refinanciamento de atividades ou projetos que gerem benefícios sociais e ao meio ambiente.
- () títulos de dívida em que o uso dos recursos captados é restrito ao financiamento ou refinanciamento de atividades ou projetos que gerem benefícios sociais.
- () títulos de dívida em que o uso dos recursos captados é restrito ao financiamento ou refinanciamento de atividades ou projetos que gerem benefícios ao meio ambiente.
- () títulos de dívida em que os recursos captados têm destinação livre, mas o emissor se compromete a atingir objetivos pré-definidos de sustentabilidade – que melhorem as condições do meio ambiente, da sociedade ou de ambos.

A associação correta, na ordem dada, é

- (A) I – II – III – IV.
- (B) III – II – I – IV.
- (C) I – IV – II – III.
- (D) III – IV – I – II.
- (E) II – I – IV – III.

13

A Resolução CMN nº 4.753/2019 (e suas alterações) dispõe sobre a abertura, a manutenção e o encerramento de conta de depósitos.

Avalie se as providências mínimas para o encerramento de conta incluem as seguintes ações:

- I. Comunicação entre as partes da intenção de rescindir o contrato.
- II. Indicação pelo cliente da destinação do eventual saldo credor na conta.
- III. Devolução pelo cliente das folhas de cheque não utilizadas ou a realização do seu cancelamento pela instituição.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II, apenas.

14

A NBC PA 400 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO estabelece princípios destinados a assegurar a independência do auditor na realização de auditorias e revisões de demonstrações financeiras.

A norma reconhece que determinadas organizações possuem maior relevância econômica e social, o que eleva as expectativas dos usuários das demonstrações financeiras quanto à independência da firma de auditoria. Por essa razão, ela prevê requisitos adicionais quando a entidade auditada apresenta significativo interesse público.

Esses requisitos buscam fortalecer a confiança dos *stakeholders* nas informações financeiras auditadas. No contexto de entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, a adequada avaliação dessas situações é especialmente relevante para a credibilidade do sistema financeiro.

Uma firma de auditoria independente, responsável pela auditoria das demonstrações financeiras de uma administradora de recursos autorizada a operar no mercado financeiro, identificou que a entidade auditada administra fundos de pensão e estruturas de investimento coletivo que concentram grande número de participantes e investidores institucionais.

Durante o planejamento da auditoria, a equipe técnica discutiu se essas características poderiam justificar a aplicação de requisitos mais rigorosos de independência, considerando a relevância dessas organizações para diversos *stakeholders* e para a estabilidade e confiança do mercado supervisionado pelo Banco Central.

Nesse contexto, e com base na NBC PA 400, analise as afirmações a seguir.

- I. Normas éticas aplicáveis à profissão contábil podem ampliar as categorias de entidades consideradas de interesse público quando a relevância econômica ou social da organização justificar maior rigor na independência da auditoria.
- II. Dependendo das circunstâncias, fundos de pensão, veículos de investimento coletivo, entidades privadas com grande número de *stakeholders*, organizações sem fins lucrativos, entidades governamentais e serviços públicos podem ser classificados como entidades de interesse público.
- III. A aplicação de requisitos adicionais de independência em auditorias de entidades de interesse público tem como finalidade fortalecer a confiança dos *stakeholders* nas demonstrações financeiras utilizadas para avaliar a situação econômico-financeira dessas organizações.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

15

A Lei nº 9.613/1998 estabelece mecanismos de prevenção e repressão à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no Brasil. A norma impõe deveres de identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas a diversos setores econômicos, incluindo instituições financeiras supervisionadas pelo Banco Central do Brasil. Entre esses deveres estão procedimentos de diligência reforçada aplicáveis a pessoas expostas politicamente.

Alterações legislativas recentes instituíram o Cadastro Nacional de Pessoas Expostas Politicamente, destinado a ampliar a transparência e apoiar os controles de integridade. Esse cadastro integra instrumentos utilizados pelas entidades obrigadas para cumprimento de suas obrigações legais de prevenção.

Durante a auditoria independente das demonstrações financeiras de uma instituição financeira, a equipe de auditoria analisou os controles internos relacionados aos procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro e à identificação de clientes classificados como pessoas expostas politicamente.

No exame das políticas de *compliance*, foi verificado o uso do Cadastro Nacional de Pessoas Expostas Politicamente para apoiar os procedimentos de diligência exigidos pela Lei nº 9.613/98, bem como a interação entre esse cadastro e os deveres de transparência e comunicação previstos na legislação.

Nesse contexto normativo, analise as afirmações a seguir.

- I. A disciplina e o funcionamento do Cadastro Nacional de Pessoas Expostas Politicamente devem ser regulamentados por ato do Poder Executivo federal, sendo o cadastro disponibilizado por meio do Portal da Transparência.
- II. Órgãos e entidades de quaisquer Poderes e níveis federativos devem encaminhar ao gestor do cadastro informações atualizadas sobre integrantes ou ex-integrantes classificados como pessoas expostas politicamente, na forma e periodicidade definidas em regulamento.
- III. A consulta ao Cadastro Nacional de Pessoas Expostas Politicamente substitui integralmente outras diligências exigidas pela legislação para o cumprimento das obrigações de identificação e monitoramento de clientes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, apenas.

16

A Lei nº 4.595/1964 estruturou o Sistema Financeiro Nacional e atribuiu ao Banco Central do Brasil a competência para regulamentar e supervisionar o funcionamento das instituições financeiras.

No exercício dessa competência, a autoridade monetária estabelece normas prudenciais e contábeis destinadas a assegurar a adequada mensuração de riscos e a transparência das demonstrações financeiras.

Entre essas normas estão as Resoluções BCB nº 2.682/1999, nº 4.782/2020, nº 4.791/2020 e nº 4.803/2020 e alterações posteriores, que disciplinam critérios de classificação de instrumentos financeiros, provisões, mensuração a valor justo e contabilização de operações de *hedge*.

Essas regras buscam garantir que as instituições financeiras reconheçam adequadamente instrumentos de proteção contra riscos financeiros, incluindo riscos de taxa de juros, crédito e variação cambial. A correta aplicação desses dispositivos é relevante para a avaliação da posição financeira das instituições supervisionadas.

Durante a auditoria das demonstrações financeiras de uma instituição financeira, foram analisadas operações de *hedge* destinadas a mitigar exposição cambial decorrente de captações externas.

A instituição possuía um passivo financeiro em moeda estrangeira equivalente a R\$ 10.000.000,00 e contratou derivativos para proteção de parte dessa exposição. Na documentação contábil, verificou-se que a entidade designou instrumentos financeiros específicos como instrumentos de *hedge*, nos termos previstos nas Resoluções BCB mencionadas acima.

Nesse contexto e com base na Lei nº 4.595/1964, analise as afirmações a seguir.

- I. Um instrumento financeiro derivativo pode ser designado como instrumento de *hedge*, exceto quando se tratar de derivativo embutido em contrato híbrido cujo componente principal seja um ativo financeiro.
- II. Uma instituição pode designar apenas uma proporção do valor total de um instrumento financeiro como instrumento de *hedge*; assim, um derivativo de R\$ 10.000.000,00 pode ser designado para proteger apenas R\$ 6.000.000,00 de exposição cambial.
- III. Um ativo financeiro não derivativo classificado na categoria valor justo no resultado pode ser designado como instrumento de *hedge*.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

17

O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) estabelece a estrutura padronizada de contas contábeis aplicável às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Seu objetivo é garantir uniformidade, comparabilidade e transparência na elaboração das demonstrações financeiras das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. O plano define a classificação das contas patrimoniais e de resultado, bem como regras para o correto registro das operações financeiras. Entre os grupos patrimoniais relevantes encontra-se o grupo de disponibilidades, que registra recursos imediatamente disponíveis. A correta classificação dessas contas é essencial para assegurar a fidedignidade das demonstrações financeiras e a adequada avaliação da liquidez das instituições.

Durante a auditoria independente das demonstrações financeiras de uma instituição financeira, foi identificada divergência de R\$ 5.000.000,00 no grupo 1.1 – Disponibilidades. A análise dos papéis de trabalho revelou que a diferença decorreu de um lançamento equivocado realizado na conta 1.1.5.00.00.00-7 – Disponibilidades em Moedas Estrangeiras. A equipe de auditoria investigou a natureza do registro contábil para identificar qual lançamento indevido ocasionou a classificação incorreta no grupo de disponibilidades.

Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir.

- I. O lançamento contábil Débito em 1.1.5.00.00.00-7 – Disponibilidades em Moedas Estrangeiras e crédito em conta de receita operacional caracteriza erro de classificação se o valor registrado corresponder, na realidade, a recursos mantidos em caixa em moeda nacional.
- II. O lançamento contábil Débito em 1.1.5.00.00.00-7 – Disponibilidades em Moedas Estrangeiras e crédito em 1.1.2.92.00.00-3 – Depósitos Bancários pode representar erro de classificação caso a operação corresponda a transferência interna entre contas de disponibilidades denominadas em moeda nacional.
- III. O lançamento contábil Débito em 1.1.1.10.00.00-8 – Caixa e crédito em 1.1.5.00.00.00-7 – Disponibilidades em Moedas Estrangeiras constitui ajuste contábil adequado quando identificado que o registro anterior classificou incorretamente valores em moeda nacional como disponibilidades em moeda estrangeira.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

18

O CTA 26 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O DEMONSTRATIVO DO DIRECIONAMENTO DOS RECURSOS DE POUPANÇA orienta a atuação dos auditores independentes na emissão de relatório sobre o demonstrativo utilizado pelas instituições financeiras para evidenciar o cumprimento das exigibilidades regulatórias relativas aos depósitos de poupança. Esse comunicado técnico estabelece diretrizes para a verificação dos critérios utilizados na apuração das bases de cálculo e dos valores considerados para fins de direcionamento obrigatório.

O demonstrativo é elaborado segundo regras contábeis e regulatórias definidas para o Sistema Financeiro Nacional. A finalidade do trabalho do auditor é conferir maior confiabilidade às informações reportadas ao Banco Central do Brasil. O relatório do auditor constitui instrumento de suporte ao processo de supervisão prudencial das instituições integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

Durante auditoria independente realizada em instituição financeira integrante do SBPE, o auditor analisou o demonstrativo de direcionamento dos recursos de poupança encaminhado ao Banco Central por meio do Mapa 4, verificando os critérios utilizados para cálculo das exigibilidades regulatórias e a consistência dos valores considerados na base de apuração. Nesse contexto, ele precisa avaliar as seguintes afirmativas:

- I. A base de cálculo dos percentuais de direcionamento dos recursos de poupança corresponde à média aritmética dos saldos diários dos depósitos de poupança.
- II. Para atendimento das exigibilidades regulatórias podem ser considerados, entre outros ativos, financiamentos imobiliários e determinados títulos de crédito imobiliário, observadas as regras contábeis aplicáveis.
- III. O demonstrativo utilizado para informar o direcionamento dos recursos de poupança ao Banco Central apresenta valores captados e aplicados segundo critérios contábeis definidos no COSIF e normas regulatórias específicas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

19

Uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil identificou que determinado cliente, pessoa jurídica recém-constituída, passou a movimentar, em curto prazo, valores expressivos incompatíveis com seu capital social declarado e com sua atividade econômica registrada.

O setor de *compliance* realizou diligências internas e constatou que os recursos eram transferidos para diversas contas de terceiros sem justificativa econômica aparente, o que, pelas suas características, poderia configurar sérios indícios de ilícito.

Diante disso, o diretor responsável pela área de controles internos deliberou por não comunicar as operações ao COAF, sob o argumento de que não havia prova concreta de ilícito antecedente, apenas “indícios frágeis”. Posteriormente, verificou-se que os valores estavam relacionados a crimes contra a administração pública.

Com base na Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), analise a conduta da instituição e de seu dirigente e assinale a afirmativa correta.

- (A) A instituição financeira agiu corretamente, pois a comunicação ao COAF somente é exigível quando houver prova concreta da prática de crime antecedente, sob pena de violação ao princípio da presunção de inocência.
- (B) A ausência de comunicação caracteriza irregularidade interna de natureza procedimental, passível de advertência administrativa aplicada pelos órgãos de supervisão, sem possibilidade de imposição de multa.
- (C) A instituição deveria ter comunicado as operações ao COAF diante da existência de sérios indícios, sendo a omissão passível de sanções administrativas, ainda que não houvesse comprovação de crime antecedente.
- (D) A comunicação ao COAF dependeria de autorização judicial prévia, uma vez que envolve o acesso e o compartilhamento de dados protegidos por sigilo bancário, sob pena de violação às garantias constitucionais.
- (E) A comunicação somente seria obrigatória se as operações ultrapassassem os valores mínimos expressamente previstos na Lei nº 9.613/1998, inexistindo dever legal de reporte quando não sejam atingidos tais patamares.

20

Em avaliação periódica de um banco múltiplo de grande porte, a área de controles internos e de gestão de riscos identificou que a instituição não possuía política formalizada e aprovada pelo conselho de administração para a função de auditoria interna, tampouco realizava avaliação independente e periódica da efetividade do sistema de controles internos.

Além disso, a ouvidoria estava subordinada à diretoria comercial e não dispunha de canal direto de comunicação com a alta administração. A diretoria do banco alegava que tais estruturas seriam facultativas, desde que a instituição mantivesse resultados financeiros positivos e não apresentasse autuações recentes.

Com base na Resolução CMN nº 4.968/2021, analise a situação apresentada e assinale a afirmativa correta.

- (A) A ausência de política formal de auditoria interna poderia ser suprida por procedimentos operacionais documentados e por monitoramento contínuo das áreas de negócio, desde que a instituição demonstre níveis adequados de controle e estabilidade operacional.
- (B) A instituição deve manter estruturas formais, independentes e proporcionais ao porte e à complexidade de suas operações para controles internos, gestão de riscos, auditoria interna e ouvidoria, com definição clara de responsabilidades e reporte à alta administração.
- (C) A subordinação da ouvidoria à diretoria comercial é permitida, desde que sejam assegurados o atendimento tempestivo às demandas dos clientes e a existência de mecanismos internos de acompanhamento das manifestações recebidas pela área.
- (D) A avaliação da efetividade dos controles internos somente é exigível quando houver determinação expressa do Banco Central do Brasil, não constituindo obrigação permanente da própria instituição nem integrando o processo regular de gerenciamento de riscos.
- (E) A instituição pode definir, a critério da administração, o grau de formalização das políticas de gestão de riscos e de auditoria interna, conforme sua estratégia de negócios, apetite ao risco e complexidade de suas operações, desde que mantenha controles mínimos.

21

MNV é contadora de um banco múltiplo e responsável pelo encerramento contábil mensal. Durante a revisão das demonstrações financeiras, identificou-se que determinadas receitas de operações de crédito estavam sendo reconhecidas integralmente no momento da contratação, ainda que parte relevante dessas receitas estivesse vinculada a juros a apropriar ao longo da vigência das operações.

Além disso, ela constatou que valores referentes a operações de crédito com parcelas vencidas permaneciam registrados em contas de operações ativas normais, sem reclassificação para contas específicas de créditos em atraso.

Ao reportar a situação à gerência, foi a ela informado que o procedimento era aceitável, desde que os valores fossem efetivamente recebidos e que a instituição apresentasse lucro no período.

Com base nas regras do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), assinale a afirmativa correta em relação ao caso.

- (A) As receitas de operações de crédito podem ser reconhecidas integralmente na data da contratação, desde que haja previsão contratual expressa e expectativa de recebimento regular ao longo da vigência da operação.
- (B) As operações de crédito com parcelas vencidas podem permanecer registradas em contas de operações normais enquanto houver expectativa de recuperação do crédito e de manutenção do fluxo financeiro.
- (C) A reclassificação contábil de operações vencidas constitui um ponto importante para a administração, podendo ser realizada conforme avaliação interna da probabilidade de recebimento dos valores do crédito.
- (D) As receitas de operações de crédito devem ser apropriadas ao resultado pelo regime de competência, e as operações com parcelas vencidas devem ser transferidas para contas específicas de créditos em atraso.
- (E) O reconhecimento das receitas pode seguir o regime de caixa, desde que o critério seja aplicado de forma consistente e divulgado nos demonstrativos por meio de notas explicativas às demonstrações financeiras.

22

RCD é sócio responsável pelos trabalhos de auditoria em uma instituição financeira sujeita às exigências de direcionamento de recursos de poupança.

No curso dos trabalhos, a equipe identificou que parte das aplicações consideradas no Demonstrativo do Direcionamento dos Recursos de Poupança não atendia integralmente aos critérios regulatórios do Banco Central do Brasil, embora tais distorções não fossem relevantes para as demonstrações financeiras apresentadas em conjunto.

A administração sustentou que, diante da ausência de impacto relevante nas demonstrações financeiras, não seria necessária a modificação da opinião nem do relatório específico referente ao demonstrativo.

Com base no Comunicado Técnico de Auditoria CTA 26 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O DEMONSTRATIVO DO DIRECIONAMENTO DOS RECURSOS DE POUPANÇA, assinale a afirmativa correta.

- (A) A inexistência de distorções relevantes nas demonstrações financeiras como um todo afasta a necessidade de alteração do relatório do demonstrativo, ainda que haja descumprimento de critérios regulatórios específicos aplicáveis à exigibilidade de direcionamento.
- (B) O auditor deve avaliar o demonstrativo exclusivamente sob a ótica da materialidade das demonstrações financeiras, não sendo necessária análise autônoma de conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil, nem a aplicação de procedimentos adicionais específicos.
- (C) O relatório do auditor sobre o demonstrativo deve ser emitido somente quando as distorções identificadas afetarem simultaneamente as demonstrações financeiras e o cumprimento das exigibilidades regulatórias aplicáveis à instituição, não sendo exigível em outras situações.
- (D) O auditor deve emitir um relatório específico sobre o demonstrativo e, caso identifique descumprimento de critérios regulatórios, considerar os efeitos nesse relatório, independentemente da materialidade das distorções nas demonstrações financeiras.
- (E) O auditor pode limitar-se a mencionar as inconsistências regulatórias identificadas em parágrafo de ênfase, sem necessidade de refletir tais efeitos na opinião sobre o demonstrativo nem de avaliar a adequação do cumprimento das exigibilidades regulatórias.

23

Autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), uma instituição financeira pública apresentou crescimento relevante na quantidade de operações com clientes classificados como de médio risco, sem atualização periódica de cadastro, apenas identificação inicial e sem documentação formal de análise reforçada.

Durante os trabalhos de auditoria independente, verificou-se que o Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) estava formalmente instituído, porém com fragilidades na aplicação da classificação baseada em risco e na governança do processo decisório.

Considerando a Lei nº 9.613/1998, a Resolução CMN nº 4.753/2019 e as Circulares BCB nº 3.839/2017 e nº 3.978/2020, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apesar das fragilidades na aplicação da classificação baseada em risco, a instituição está operando dentro da legislação vigente pois a responsabilidade pela prevenção à lavagem de dinheiro limita-se à identificação inicial do cliente, sendo a comunicação de operações suspeitas obrigação exclusiva do Banco Central do Brasil.
- (B) A classificação baseada em risco adotada pela instituição permite modular a intensidade dos mecanismos de controle, podendo, inclusive, dispensar procedimentos adicionais quando inexistirem indícios objetivos de irregularidade ou prática ilícita formalmente comprovada.
- (C) Para atender às normas vigentes, o programa de PLD/FT da instituição deve ser compatível com seu porte e perfil de risco, incluindo identificação, qualificação e monitoramento contínuo de clientes, comunicação de operações suspeitas ao COAF e estrutura de governança com definição clara de responsabilidades.
- (D) A identificação de fragilidades no programa de PLD/FT não caracteriza descumprimento regulatório enquanto não houver comprovação de que a instituição deixou de comunicar operação efetivamente ilícita às autoridades competentes.
- (E) Por possuir capital público, a instituição em questão não se sujeita às exigências específicas da política de PLD/FT, pois estas normas aplicam-se apenas às instituições financeiras privadas, não alcançando instituições financeiras públicas integrantes da Administração Pública indireta que possuem regime jurídico específico.

24

Durante a auditoria das demonstrações financeiras de uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o auditor examinou os critérios adotados pela administração para classificar suas operações como ativas ou passivas. Verificou-se que determinadas classificações foram fundamentadas na interpretação contratual dos instrumentos, sem análise aprofundada da essência econômica das operações.

Considerando os conceitos básicos sobre operações de captação (passivas) e de aplicação de recursos (ativas), assinale a opção que apresenta a classificação tecnicamente adequada realizada pela instituição.

- (A) Os depósitos à vista, os depósitos a prazo e as letras financeiras da instituição foram classificados como operações ativas, por representarem direitos da instituição contra seus clientes.
- (B) As operações de crédito, financiamentos e descontos de títulos foram classificadas como operações passivas, por envolverem entrada de recursos na instituição.
- (C) As captações por meio de depósitos interfinanceiros e emissão de CDB foram classificadas como operações passivas, enquanto concessões de empréstimos e financiamentos foram classificadas como operações ativas.
- (D) As operações compromissadas de venda com compromisso de recompra foram classificadas como operações ativas, independentemente da posição econômica assumida pela instituição na operação.
- (E) A instituição agiu corretamente ao classificar as operações como ativas ou passivas ao considerar exclusivamente o prazo contratual do instrumento financeiro.

25

Durante a auditoria independente das demonstrações financeiras de uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o auditor avaliou os cálculos do Índice de Basileia apresentados pela administração e identificou as seguintes situações:

- I. a instituição incluiu no Patrimônio de Referência (PR) instrumentos de dívida subordinada que não atendiam integralmente aos critérios de elegibilidade estabelecidos na regulamentação prudencial vigente.
- II. a administração calculou o Patrimônio de Referência Exigido (PRE) considerando apenas as exposições ponderadas pelo risco de crédito, desconsiderando parcelas relativas ao risco operacional e ao risco de mercado.
- III. a instituição manteve no Nível II instrumento de dívida subordinada cujo vencimento ocorrerá em 18 meses, sem aplicar o redutor prudencial previsto na regulamentação.
- IV. a administração entendeu que o PRE representa o total de ativos da instituição ajustado pelo prazo médio das operações.

À luz da regulamentação prudencial aplicável às instituições financeiras no âmbito do Banco Central do Brasil, as seguintes situações evidenciam impropriedades técnicas no cálculo do Índice de Basileia:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

PROVA DISCURSIVA - BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)

Questão 1

No contexto da auditoria em entidades financeiras fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, uma situação que pode ocorrer é a superavaliação no saldo da conta “1.1.2.30.00-3 Depósitos Bancários de Instituições Sem Conta Reserva”, pertencente ao Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – COSIF, muitas vezes resultante de distorções nos registros contábeis que não refletem adequadamente as transações e eventos subjacentes.

Tendo como base a Resolução CMN nº 4.910/2021, que dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e o CTA 03 - Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas de Instituições Financeiras e Demais Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), considerando a importância da fidedignidade das demonstrações financeiras para a tomada de decisões econômicas, responda ao que se pede em relação aos seguintes aspectos:

- A) Estabeleça a importância da prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, destacando o aspecto da transparência e confiabilidade das demonstrações financeiras para investidores, credores, reguladores e outros stakeholders.
- B) Indique quais são as principais implicações da superavaliação no saldo da conta “1.1.2.30.00-3 Depósitos Bancários de Instituições Sem Conta Reserva” para a integridade das demonstrações financeiras de uma instituição financeira.
- C) Explique como o auditor deve proceder na avaliação de distorções contábeis relevantes e não corrigidas na opinião do relatório de auditoria (NBC TA 705), que podem estar inflando indevidamente o saldo desta conta, com indícios de fraude (NBC TA 240).
- D) Indique as medidas preventivas que podem ser adotadas pela administração das entidades financeiras, em relação aos controles internos (Resolução CMN nº 4.968/2021), para evitar que ocorram distorções nos registros contábeis relacionados ao saldo da conta “1.1.2.30.00-3 Depósitos Bancários de Instituições Sem Conta Reserva”.

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Questão 2

A obrigatoriedade do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.858, de 23 de outubro de 2020, e pela Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) apresenta os critérios e procedimentos contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, bem como a estrutura de contas e modelos de documentos previstos.

À luz do referido Plano, responda ao que se pede a seguir.

- A) Apresente os objetivos e a estrutura (capítulos) do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).**
- B) Apresente o elenco de contas do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), incluindo sua utilização, conjunto de contas e a estrutura das rubricas.**
- C) Apresente as motivações e os reflexos da existência do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

